

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre encerrado em 30 de junho de 2012, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação planejada integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando operações operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 334.564 milhões, correspondendo a R\$ 14.284,18 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 9.633,22 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,12% sobre o PL, medido.

No encerramento do 1º semestre de 2012, o total de Ativos somou R\$ 75.973 bilhões, destacando-se R\$ 42.558 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 6.850 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente.

O total de captações no semestre, estava representado por R\$ 51.381 bilhões de Depósitos e R\$ 313.559 milhões de FINEME. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representa R\$ 3.339 bilhões.

No semestre, a Bradesco Leasing, em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Resumo da exposição justificativa do Auditor Independente: no entendimento de nossos Auditores Independentes, a prestação dos serviços descritos acima não afeta a independência e nem a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa efetuados na Bradesco Leasing, conforme definições da regulamentação em vigor e a mencionada política.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 20 de julho de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	52.572.571	26.360.816		
DISPONIBILIDADES	34	92	2.107.765	6.718.256
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	29.549.471	24.687.381	-	4.175.041
Aplicações no Mercado Aberto	24.541.496	14.366.202	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.007.975	10.321.179	136.169	161.592
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	22.934.189	14.072.772	61.381.350	2.381.623
Carteira Própria	22.870.438	1.445.847	79.459	429.127
Vinculados à Prestação de Garantias	63.742	51.125	568.206	520.527
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(173.496)	(117.494)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Público	1.379	7.915	1.323.931	1.431.954
- Setor Privado	3.085.259	3.146.649	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	2.971.733	(2.033.099)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(288.402)	(238.999)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	207.566	241.429	64.232.181	58.202.378
Rendas a Receber (Nota 8a)	2.993	3.027	61.381.350	55.485.085
Diversos (Nota 8b)	204.747	238.403	177.390	216.273
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(84)	(80)	177.390	216.273
OUTROS VALORES E BENS	54.816	52.446	2.673.441	2.501.020
Outros Valores e Bens	89.020	81.351	561.098	567.784
Provisões para Desvalorizações	(34.204)	(28.905)	2.112.343	1.943.236
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.466.399	37.498.986		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	13.008.988	37.070.361		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros				
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(226.152)	(211.054)	9.633.220	9.092.725
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Público	-	1.213	-	-
- Setor Privado	3.842.746	4.189.880	7.127.800	7.127.800
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.842.234)	(4.190.580)	2.505.409	1.957.776
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(226.664)	(211.587)	11	7.149
OUTROS CRÉDITOS	683.091	638.990	-	-
Diversos (Nota 8b)	683.227	639.178	-	-
OUTROS VALORES E BENS	472	689	-	-
Despesas Antecipadas	472	689	-	-
PERMANENTE	9.834.198	10.153.587		
INVESTIMENTOS (Nota 9)	39.324	37.070		
Participações em Coligadas:				
- No País	32.509	29.835		
- Outros Investimentos	26.394	26.814		
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)		
MOBILIZAÇÃO DE USO (Nota 10)	6.057	6.390		
Imóveis de Uso	11.117	11.117		
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939		
Outras Imobilizações de Uso	155	155		
Depreciações Acumuladas	(19.155)	(18.551)		
MOBILIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	9.888.815	10.109.537		
Bens Arrendados	13.980.287	13.766.854		
Depreciações Acumuladas	(4.091.472)	(3.657.317)		
TOTAL	75.973.166	74.013.359	75.973.166	74.013.359

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.077.920	5.144.519
Operações de Crédito	32	393.447
Operações de Arrendamento Mercantil	1.970.240	2.112.127
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.075.560	3.001.545
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.432.516	4.410.830
Operações de Captação no Mercado	2.880.213	2.759.260
Operações de Empréstimos e Repasses	10.501	12.192
Operações de Arrendamento Mercantil	1.526.148	1.632.225
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	15.654	16.133
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	645.404	733.689
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(52.339)	(47.415)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(16.452)	(16.704)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	(35.211)	(40.425)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	26.422	94.110
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(27.619)	(68.735)
RESULTADO OPERACIONAL	593.065	686.274
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(19.852)	(17.580)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	573.213	668.684
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(238.649)	(276.078)
LUCRO LÍQUIDO	334.564	392.606
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	14.284,18	16.762,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do imposto de Renda e Contribuição Social	573.213	668.684
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.533.785	1.439.957
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.654	16.133
Depreciações e Amortizações	1.515.570	1.621.581
Provisões Fiscais e Fiscais	7.410	70.457
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.231)	(1.339)
Superveniência de Depreciação	(22.337)	(284.511)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	1.685	7.453
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	13.257	6.956
Outros	-	(1)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.106.998	2.108.641
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.656.249	(7.687.893)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(21.292.383)	(97.777)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(36.391)	(101.213)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(1.095)	(23.401)
(Aumento)/Redução em Operações por Empréstimos e Repasses	(55.850)	(1.797)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(75.887)	158.419
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(197.303)	(168.670)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	12.104.370	(5.813.671)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	3	(193)
Aquisição de Imobilização de Uso e de Arrendamento	(1.601.720)	(1.904.720)
Alienação de Imobilização de Uso e de Arrendamento	484.717	478.273
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(248.488)	(248.488)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	14.848	27.527
Alienação de Investimentos	-	223
Dividendos Recebidos	940	940
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(1.150.641)	(1.430.374)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
(Aumento)/Redução em Recursos de Emissão de Debêntures	(1.715.703)	9.097.700
Dividendos Pagos	(335.883)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(2.051.586)	9.097.700
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.902.143	1.853.655
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	987.814	113
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	9.889.957	1.853.768
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.902.143	1.853.655

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias	Próprias		
Saldos em 31.12.2010	7.127.800	108.754	1.549.660	7.012	-	8.793.226
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	137	-	137
Lucro Líquido	-	-	-	-	392.606	392.606
Destinações - Reservas:	-	-	-	-	(299.362)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(93.244)
Saldos em 30.6.2011	7.127.800	128.384	1.829.392	7.149	-	9.092.725
Saldos em 31.12.2011	7.127.800	157.848	2.092.456	16	-	9.378.120
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)
Lucro Líquido	-	-	-	-	334.564	334.564
Destinações - Reservas:	-	-	-	-	(255.105)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(79.459)	(79.459)
Saldos em 30.6.2012	7.127.800	174.576	2.330.833	11	-	9.633.220

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2012		2011	
	R\$	%	R\$	%
1 - RECEITAS	5.041.217	92,75	5.119.171	721,9
1.1) Intermediação Financeira	5.077.920	83,6	5.144.519	725,5
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.654)	(2,6)	(16.133)	(2,3)
1.3) Outras	(21.449)	(3,5)	(9.215)	(1,3)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.416.862)	(725,1)	(4.394.697)	(619,7)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(16.005)	(2,5)	(16.257)	(2,3)
Serviços de Terceiros	(219)	-	(180)	-
Apreensão de Bens	(1.405)	(0,2)	(1.848)	(0,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(911)	(0,1)	(719)	(0,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(376)	(0,1)	(402)	(0,1)
Transportes	(88)	-	(149)	-
Jurídicas Processuais	(2.374)	(0,4)	(3.176)	(0,4)
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(5.129)	(0,8)	(2.817)	(0,4)
Serviços Técnicos Especializados	(3.960)	(0,7)	(4.682)	(0,7)
Processamento de Dados	(1.453)	(0,2)	(2.178)	(0,3)
Outros	(110)	-	(106)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	608.350	99,9	708.217	99,9
5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(447)	(0,1)	(447)	(0,1)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	607.903	99,8	707.770	99,8
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.231	0,2	1.339	0,2
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.231	0,2	1.339	0,2
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	609.134	100,0	709.109	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	609.134	100,0	709.109	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	274.570	45,1	316.503	44,6
Federais	270.344	44,1	312.289	44,0
Municipais	4.226	0,7	4.214	0,6
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	334.564	54,9	392.606	55,4
Dividendos	79.459	13,0	93.244	13,2
Lucros Retidos	255.105	41,9	299.362	42,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo obrigada a observar as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e das estimativas, premissas, base como a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 09.120/001-92
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Praia - Zº Anelar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.882/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e gerendários. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.882/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.882/99 do CMN.
A atualização (acruar) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco dias. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H+", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

II) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos"; e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários sob registro na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superávit de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresa do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Portaria 37 de 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeito para fins de apuração do lucro líquido, devendo ser considerado, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

I) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

J) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

K) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição. O custo de aquisição das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment) e, caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável apurado pelo (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora do ativo, dos dois o menor.
Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 22.870.404 mil (2011 - R\$ 14.333.710 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, e em 2012 não foram realizadas perdas que não temporárias (2011 - R\$ 122 mil) para os títulos classificados na categoria de disponível para venda.

Títulos (1)	1 a 30 dias			31 a 180 dias			181 a 360 dias			361 a 540 dias			541 a 720 dias		
	2012	2011	%	2012	2011	%	2012	2011	%	2012	2011	%	2012	2011	%
Títulos para negociação (3)	22.835.858	37.293	0,2	2.926.245	2.923.756	100,0	2.926.245	2.923.756	100,0	2.926.245	2.923.756	100,0	2.926.245	2.923.756	100,0
Letras financeiras de tesouro	115.854	-	-	7.247	2.514	0,3	179.064	329.805	11,3	25.130	25.130	0,9	184.964	184.964	6,3
Certificados de depósito bancário	-	-	-	1.979	13	0,0	15.369	15.369	0,5	4.109	4.109	0,1	52.782	52.782	1,8
Debêntures	-	-	-	-	-	-	7.374	15.435.533	52,2	7.091.845	7.091.845	24,2	1.180.853	1.180.853	4,0
Letras do tesouro nacional	15.428.159	-	-	4.346	-	0,1	4.346	15.435.533	52,2	7.091.845	7.091.845	24,2	92.255	92.255	0,3
Notas do tesouro nacional	7.091.845	-	-	-	-	-	24.566	43.288	1,5	34	34	0,0	16	16	0,0
Notas promissórias	-	-	-	18.722	-	0,1	-	-	0,0	-	-	0,0	18	18	0,0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0
Títulos disponíveis para venda (4)	34	-	0,0	34	-	0,0	34	16	0,0	34	16	0,0	34	16	0,0
Ações	34	-	0,0	34	-	0,0	34	16	0,0	34	16	0,0	34	16	0,0
Total em 2012	22.835.892	37.293	0,2	2.960.289	2.923.756	100,0	22.835.892	22.934.106	100,0	22.835.892	22.934.106	100,0	22.835.892	22.934.106	100,0
Total em 2011	1.283.870	1.582.679	123,6	1.283.870	1.582.679	123,6	1.283.870	1.582.679	123,6	1.283.870	1.582.679	123,6	1.283.870	1.582.679	123,6

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 22.870.404 mil (2011 - R\$ 14.333.710 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, e em 2012 não foram realizadas perdas que não temporárias (2011 - R\$ 122 mil) para os títulos classificados na categoria de disponível para venda.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)

Títulos de renda fixa

Fundos de investimento

c) Instrumentos financeiros derivativos
A Bradesco Leasing não possui posição de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2012 e de 2011.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
Como boa prática de governança de gestão de riscos, a Organização Bradesco possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas consistentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacam-se, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançados regulamentados pelo BACEN.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:
Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à reversão, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, elevados ou reduzidos, ou realização de arbitragem.
Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

De acordo com a natureza das suas atividades, a Empresa Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações Banking e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

	Carteira Banking (1)					
	Jun 2012		Jun 2011			
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros	-	-	-	-	-	-
Exposições sujeitas a variações de taxas de juros, prefixadas e cupom de taxas de Juros	(417)	(84.986)	(164.840)	(608)	(185.257)	(358.623)
Renda Variável	-	-	-	-	-	-
Exposições sujeitas a variação do preço de ações	(417)	(84.986)	(164.840)	(608)	(185.012)	(358.137)
Total sem correlação	(417)	(84.986)	(164.840)	(608)	(185.012)	(358.137)
Total com correlação	(417)	(84.986)	(164.840)	(608)	(185.012)	(358.137)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.
As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetam as posições das respectivas datas.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 29.06.2012 o Índice Bovespa foi de 53.811 pontos e para o período de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 29.06.2012 foi de 7,59% a.a.

	Parcelas vincendas					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Carteira	23.909	22.382	21.896	21.896	63.326	108.007
Operações de arrendamento mercantil	45.602	23.909	109.469	109.469	63.326	108.007
Outros créditos (1)	23.909	22.382	21.896	21.896	63.326	108.007
Total em 2012	23.909	22.382	21.896	21.896	63.326	108.007
Total em 2011	19.443	17.952	17.554	17.554	50.963	86.792

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

Maiores devedores

Vinte maiores devedores

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2012		2011			
	2012	%	2011	%	2012	%
Setor público	1.379	-	9.128	0,1	1.379	-
Intermediários financeiros	1.379	-	9.128	0,1	1.379	-
Setor privado	6.871.245	100,0	6.971.506	100,0	6.871.245	100,0
Indústria	1.239.283	18,6	1.247.996	17,9	1.239.283	18,6
Alimentícia e bebidas	188.232	2,8	193.405	2,8	188.232	2,8
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	271.326	4,0	293.440	4,1	271.326	4,0
Química	65.753	1,0	67.299	1,0	65.753	1,0
Papel e celulose	21.252	0,3	26.441	0,4	21.252	0,3
Veículos leves e pesados	108.596	1,6	109.469	1,6	108.596	1,6
Extração de minerais metálicos e não metálicos	96.552	1,4	86.965	1,2	96.552	1,4
Têxtil e confecções	61.563	0,9	65.893	0,9	61.563	0,9
Arquivos de borracha e plásticos	52.602	0,8	41.216	0,6	52.602	0,8
Eletrônica	11.877	0,2	37.774	0,5	11.877	0,2
Móveis e produtos de madeira	80.691	1,2	77.572	1,1	80.691	1,2
Autopartes e acessórios	45.602	0,7	41.216	0,6	45.602	0,7
Materiais não metálicos	87.906	1,3	86.307	1,2	87.906	1,3
Arfatos de couro	15.746	0,2	14.448	0,2	15.746	0,2
Rafino de petróleo e produção de álcool	18.357	0,3	21.155	0,3	18.357	0,3
Edição, impressão e reprodução	85.923	1,4	96.523	1,4	85.923	1,4
Demais indústrias	24.764	0,4	26.246	0,4	24.764	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira						Provisão Mínima Requerida					
		Curso normal		Curso anormal		Total		2012		2011		Total	
		Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas
AA	-	85.414	-	85.414	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	527.811	-	527.811	2,9	-	2.639	2.639	0,5	3.190	3.190	0,7	2,8
B	0	12.286.817	5,81	1.302.198	5,8	13.021.966	53	12.966	13.021.966	5,8	12.966	13.021.966	2,9
C	3,0	3.824.855	127.157	3.952.012	59,2	271	3.544	114.746	23,0	130.103	23,0	130.103	28,9
Subtotal	-	5.734.697	132.738	5.867.435	87,9	274	3.597	130.251	134.222	26,0	146.116	32,4	
D	10,0	23.909	123.372	247.658	87,9	274	1.005	1.332	27.429	54,1	54.114	54,1	
E	30,0	34.064	53.610	87.674	102,1	2.462	13.621	10.219	26.302	5,1	23.093	5,1	
F	50,0	27.994	40.403	67.497	10,0	3.723	16.479	13.546	33.748	6,6	32.223	7,1	
H	100,0	11.695	42.209	53.904	0,3	693	37.992	6.933	37.992	7,3	30.435	6,8	
Total em 2012	-	361.213	443.976	805.189	12,1	66.803	195.745	118.516	381.064	74,0	304.708	67,6	
Total em 2011	-	91,4	8,6	100,0	100,0	11,2	50,154	161,064	239,606	450,824	100,0		

m) Provisões, ativos e passivos contábeis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
As provisões para créditos de liquidação duvidosa são calculadas sobre o valor de mercado das operações ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais nº 2.882/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 07.509.120/001-92
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - Z Anelar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Saldo inicial	510.428	442.777
Constituição	15.854	16.133
Baixas	(10.806)	(8.086)
Saldo final	515.276	450.824
- Provisão específica (1)	296.419	211.218
- Provisão genérica (2)	248.857	239.606
Recuperação de créditos baixados (3)	32.120	39.847
Renegociação de créditos no período	82.764	68.176

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
- (3) Registrada em recatas de operações de crédito, com previsão nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Veículos e afins	8.337.061	8.493.222
Máquinas e equipamentos	3.846.938	3.759.074
Outros	1.629.751	1.373.733
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3g - IV)	146.536	141.247
Total de bens arrendados	13.960.287	13.767.854
Depreciação acumulada de bens arrendados	(7.210.260)	(7.210.260)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	3.116.794	2.872.145
Total da depreciação acumulada	(4.093.472)	(4.338.115)
Imobilizado de arrendamento	9.866.815	10.109.527

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital Social	Quantidade de ações / cotas possuídas em milhares		Participação no Capital Social %	Lucro Líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
		Ações	Cotas			2012	2011	2012	2011
Aquarius Holdings Ltda	32.658	62.544	6.368	19.500	1.787	12.196	11.423	348	394
Serpi Participações em Investimentos S.A.	165.500	1.170.405	257	1.781	49.573	20.313	19.412	1.261	1.389
Total						32.509	29.835	1.438	1.384

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

10) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	25.988
Títulos patrimoniais	3	4
Outros investimentos	403	822
Subtotal	26.394	26.814
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	7.235

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Imóvel de uso:	Taxa	Custo	Em 30 de junho - R\$ mil	
			2012	2011
Terenos		2.714	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.343	(19.000)	3.343
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	0
Imobilizado de arrendamento		13.980.293	(4.091.472)	9.888.815
Total em 2012		14.005.499	(4.110.627)	9.894.872
Total em 2011		13.792.065	(3.675.578)	10.116.487

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração		Em 30 de junho - R\$ mil	
			2012	2011	2012	2011
Junho/2002 (*)			100% CDI	4.175.041		
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2012	100% CDI	8.631.578	9.548.834	8.631.578
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	9.668.195	8.739.472	
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	10.947.756	8.835.524	
Janerio/2005 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	8.842.657		
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.271.500	4.765.122	
Junho/2011 (5)	3.750.000	2021	100% CDI	5.271.500	4.765.122	
Total	33.075.000			61.381.350	59.660.126	

(*) Emissão liquidada em junho de 2012.

Sob nº CVM/SE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- (1) Sob nº CVM/SE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.
- (2) Sob nº CVM/SE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com uma utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

Sob nº CVM/SE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

- (3) Sob nº CVM/SE/DEB/2006/004, simples, 45.000.000 (4ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

Sob nº CVM/SE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

- (4) Sob nº CVM/SE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.
- (5) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
FINAME	14.700	12.935	47.334	60.900	137.047	40.343
Total em 2012	14.700	12.935	47.334	60.900	137.047	40.343
%	4,1	15,2	19,4	43,7	100,0	
Total em 2011	17.214	15.106	56.462	73.810	166.202	50,71
%	4,6	10,7	15,2	19,5	44,0	100,0

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing é parte integrante da organização Bradesco, sendo o grupo normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para ganhar de execução, o valor das provisões trabalhistas constituído considerando a efetiva perspectiva de perdas depois depositadas. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF - R\$ 104.170 mil (2011 - R\$ 99.068 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º do Decreto nº 69/78 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Saldo no início do 1º semestre de 2012	458	62.790
Atualização monetária		259.283
Constituições líquidas de reversões	683	1.983
Saldo no final do 1º semestre de 2012 (Nota 14)	351	64.773
Saldo no final do 1º semestre de 2011 (Nota 14)	435	59.288

(1) Compensado, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com o expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISONON de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 974,9 mil (2011 - R\$ 985,408 mil), em que se discute a incidência e a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Provisões fiscais (Nota 13b)	224.229	259.283
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	835.189	765.800
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	56.760	36.719
Impostos e contribuições a receber	13.109	13.109
Total	1.129.304	1.074.911

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Credores por antecipação de valores recebidos (Nota 7b)	3.328.955	3.258.040
Provisões civis (Nota 13b)	64.773	64.773
Obrigações por aquisição de bens e direitos	8.228	21.003
Outros	435	435
Total	23.883	37.418
Total	3.436.274	3.375.190

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 7.127.800 mil, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	2.565.409	1.957.776
- Reserva Legal (1)	1.523.364	1.523.364
- Reservas Estatutárias (2)	2.330.833	1.829.392

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital, após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 85% do capital social integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

As ações desta asseguradas Juros sobre o capital próprio e o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucro a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho, está demonstrado a seguir:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	334.564	392.606
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(16.728)	(19.630)
Base de cálculo	317.836	372.976
Dividendos propostos	79.459	93.244
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	25,0%	25,0%
Valor em reais por lote de mil ações	3.392,49	3.881,04

A Bradesco Leasing apurou no período superveniência de depreciação no montante de R\$ 12,188 mil (2011 - R\$ 274,255 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 10,149 mil (2011 - R\$ 10,256 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 22,337 mil (2011 - R\$ 284,511 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Dividendos	2.903	3.079
Total	2.903	3.079

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Créditos tributários (Nota 22c)	328.960	324.819
Devedores por depósitos em garantia	457.040	383.994
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	67.531	120.716
Pagamentos a ressarcir	15.683	15.909
Devedores por compra de valores e bens	7.346	8.938
Outros	11.234	23.232
Total	887.974	877.608

Dividendos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Créditos tributários (Nota 22c)	328.960	324.819
Devedores por depósitos em garantia	457.040	383.994
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	67.531	120.716
Pagamentos a ressarcir	15.683	15.909
Devedores por compra de valores e bens	7.346	8.938
Outros	11.234	23.232
Total	887.974	877.608

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Quantidade de ações / cotas possuídas em milhares		
Participação no Capital Social %		
Lucro Líquido		
Valor contábil		
Ajuste decorrente de avaliação (1)		

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Emolumentos judiciais e cart		

...continuação



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 09.120.001-92
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Fraia - ZV Ancião - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.550/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retroativa.

DIRETORIA

Conselho de Administração		Diretoria	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurílio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi
Vice-Presidente Antônio Bornia			Diretor Gerente Luiz Carlos Angelotti

Célio Magalhães
Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 e 7.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.093/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinão

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC SPS014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

André Dala Pola
Contador CRC 1SP274007/O-2

Osasco, 20 de julho de 2012



Dias contados para Assad?

Ex-premiê desertor diz que regime sírio está em colapso e controla apenas 30% do país. Já a ONU retorna para levar ajuda humanitária.

O ex-primeiro-ministro da Síria Riad Hijab, que desertou recentemente e se refugiou na Jordânia, declarou ontem que o regime de Bashar al-Assad está perto de ruir. Segundo ele, o governo está desmoronando "moral, econômica e militarmente" e controla apenas 30% do território do país.

Hijab, a figura política de mais alto escalão a deixar o regime, defendeu a união dos opositores no exílio e pediu aos oficiais ainda leais a Assad que se somem à revolução.

"A Síria está cheia de autoridades e líderes militares honrados que aguardam uma chance para se juntar à revolução", afirmou ele, durante sua primeira aparição pública após desertar para o lado da oposição na semana passada. "Eu conclamo o Exército a seguir o exemplo dos militares do Egito e da Tunísia: tomem o lado do povo."

Ele disse sentir "uma dor na alma" em razão dos ataques do regime contra rebeldes, na medida em que o governo intensifica sua ofensiva militar. Ativistas dizem que mais de 20 mil pessoas foram mortas desde o início do levante popular, que começou em março de 2011.

"Eu não tinha poder para interromper a injustiça", lamentou ele, em frente a uma bandeira dos rebeldes.

Hijab explicou, além disso, que desertou para ser "um soldado fiel a seu país junto dos revolucionários" e não para buscar um cargo no futuro.

Autoridades sírias afirmaram que haviam dispensado Hijab antes de sua fuga, mas ele falou durante a entrevista coletiva em Amã que havia renunciado e desertado para a oposição, referindo-se ao governo de Assad como "inimigo de Deus". "É meu dever lavar as minhas mãos deste regime

corrupto", afirmou.

Ele agradeceu países como Arábia Saudita, Catar e Turquia pelo apoio e pediu a eles para que façam mais pela oposição.

Sanções - A declaração de Hijab ocorreu no mesmo dia em que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos levantou as sanções impostas no mês passado ao ex-premiê.

O governo norte-americano justificou que, pelo fato de Hijab não fazer mais parte do governo da Síria, ele não está mais sujeito a congelamento de bens nos EUA.

Irã - Ainda ontem, o secretário de Defesa norte-americano, Leon Panetta, acusou o Irã de formar milícias para lutarem na Síria a favor de Assad. "É óbvio que o Irã está jogando um papel bem mais amplo na Síria, de várias maneiras", disse.

Segundo ele, existem agora provas de que a Guarda Revolucionária do Irã "tenta desenvolver e treinar uma milícia dentro da Síria, a qual será capaz de lutar a favor do regime".

Ajuda - Enquanto isso, a situação humanitária na Síria se agrava cada vez mais. A chefe de assuntos humanitários da Organização das Nações Unidas (ONU), Valérie Amos, chegou ontem à Síria em busca de um acordo para ampliar a ajuda a civis retidos ou desabrigados por causa dos combates entre rebeldes e forças do regime.

A burocracia e a insegurança dificultam os esforços da ONU para montar uma operação humanitária significativa. Durante encontro com autoridades sírias em Damasco, ela reivindicou que o regime permita o acesso da ajuda humanitária às regiões mais atingidas pela violência.

Na capital síria, ela foi recebida pelo novo primeiro-ministro sírio, Wael al-Halqi, que

Goran Tomasevic/Reuters



Rebelle atira contra tropas do governo em Aleppo. A oposição diz que mais de 20 mil pessoas foram mortas nos conflitos, que já duram 17 meses.

Sana/EFE



Representante da ONU Valérie Amos (centra) discute ajuda a civis

afirmou que as sanções econômicas impostas a seu país pela comunidade internacional só afetam "os cidadãos sírios inocentes".

Centenas de sírios chegam diariamente a países vizinhos como refugiados, muitos deles feridos ou contendo terem sido alvejados em regiões fronteiriças, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

O drama humanitário sírio se agravou no último mês, com a chegada dos combates a Damasco e Aleppo, as duas principais cidades do país.

Cerca de 2 milhões de pessoas já foram afetadas pela crise dos últimos 17 meses, e se estima que haja cerca de 1 milhão de deslocados internos.

As estatísticas oficiais elaboradas até agora pela ONU indicam ainda 157 mil refugiados registrados na Jordânia, Líbano, Iraque e Turquia. (Agências)



Hijab: 'dor na alma' em razão dos ataques das tropas do regime contra rebeldes.

EGITO 1

Presidente entrega medalha a ministro da Defesa que afastou no domingo

EGITO 2

País condena 14 islamitas à morte por ataques de 2011 no Sinai

O pior dia de 2012 no Afeganistão

Atentados matam 46 pessoas durante comemorações que marcam fim do Ramadã

Pelo menos 46 pessoas morreram e quase 150 ficaram feridas em diferentes atentados perpetrados ontem, no sudoeste e no norte do Afeganistão, informaram autoridades locais. Até o momento, nenhum grupo assumiu a autoria dos ataques no dia mais violento de 2012 no país.

No sudoeste afegão, um triplo atentado deixou 36 mortos e 110 feridos na cidade de Zaranj, capital da província de Nimroz, que é uma das áreas mais tranquilas do país e fica na fronteira com o Irã.

Segundo a polícia local, a ação envolveu mais de dez homens-bomba. Pelo menos três deles conseguiram detonar os explosivos que levavam atados a seus corpos.

Horas mais tarde, a explosão de uma motocicleta-bomba detonada por controle remoto em Kunduz, no norte do Afeganistão, provocou a morte de mais de duas pessoas, informou a polícia.

A autoria do ataque foi atribuída por Lal Ahmadzai, porta-voz da polícia regional, à milícia Taleban.

O comandante da polícia

de Kunduz, Hamid Agha, disse que o ataque ocorreu no momento em que as pessoas faziam compras para a ceia que interrompe o jejum diário dos muçulmanos durante o mês sagrado do Ramadã. Pelo menos 36 pessoas ficaram feridas.

O dia mais violento do ano no Afeganistão ocorre apenas uma semana depois de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter divulgado levantamento segundo o qual o número de civis mortos em episódios de violência no país no primeiro semestre de 2012 caiu em relação a 2011.

"O que nós vimos hoje foram novos episódios deliberados de assassínios em massa", declarou o general John Allen, comandante das forças dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Afeganistão.

Os ataques coincidem com a gradual retirada das forças estrangeiras presentes no país há mais de uma década. A saída das tropas da Otan está prevista para o fim de 2014. (Agências)